

CURSO FECHADO (*IN COMPANY*) PARA MUNICÍPIOS – 100HS HÍBRIDO

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL NA PRÁTICA - DOS FUNDAMENTOS ATÉ A REFORMA TRIBUTÁRIA

OBJETIVO

Repasar aos participantes todos os fundamentos inerentes a tributação municipal, desde os fundamentos tributários básicos, especificidade de cada um dos tributos municipais, regras de fiscalização, normas do Simples Nacional e as novas regras da Reforma Tributária, com abordagem de todas as normas tributárias envolvidas, inclusive a Emenda Constitucional nº 132/2023, a Lei Complementar 214/2025, a Lei Complementar 225/2026 e a Lei Complementar 227/2026, assim como todas as alterações na Lei Complementar 123/2003, no Código Tributário Nacional e na Lei Complementar 116/2003, com a devida consideração da legislação municipal da cidade contratante no desenvolvimento do curso.

PÚBLICO-ALVO

Auditores tributários, fiscais de tributos, técnicos tributários e demais servidores ou agentes públicos relacionados a área fiscal dos Municípios.

PROGRAMAÇÃO BÁSICA

O curso se divide em 16 (dezesseis) partes, da seguinte forma e estrutura:

Parte 01 – Fundamentos Tributários

- a) O que são tributos.
- b) Diferenciação entre créditos tributários e não tributários.
- c) Transferências constitucionais, convênios e outras receitas municipais.
- d) Normas gerais tributárias.
- e) Competência tributária municipal.
- f) Distinção entre lei e legislação tributária.
- g) Definição de autoridade fiscal.

Parte 02 – Constituição do crédito tributário e fluxo até a extinção

- a) Cadastros tributários e base de informações do fisco.

- b) Tipos de lançamento e constituição do crédito tributário.
- c) Obrigação principal e obrigação acessória.
- d) Suspensões a exigibilidade do crédito tributário.
- e) Decadência tributária.
- f) Prescrição tributária.
- g) Inscrição em dívida ativa.
- h) Baixas, cancelamentos, justificativas e responsabilidade sobre créditos tributários.
- i) Características gerais da execução fiscal.
- j) Protesto extrajudicial e outros meios de cobrança.

Parte 03 – Entendimento das benesses tributárias

- a) Imunidades tributárias.
- b) Isenções totais ou parciais.
- c) Não incidência.
- d) Alíquota zero.
- e) Moratória.
- f) Renúncia de receita na prática fiscal.

Parte 04 – Deveres, prerrogativas, direitos e relação do fisco com os contribuintes

- a) Essencialidade das formalidades tributárias.
- b) Garantia ao sigilo fiscal.
- c) Autorregularização e orientação fiscal.
- d) Livre acesso a informações fiscais e contábeis do contribuinte.
- e) Deveres do contribuinte.
- f) Punições para o devedor contumaz.
- g) Contribuinte cooperativo e contribuinte bom pagador.
- h) Código de Defesa do Contribuinte e a relação entre o fisco e os contribuintes.

Parte 05 - Fiscalização e processo administrativo tributário

- a) Abertura de ações fiscais e seus requisitos mínimos.
- b) Diligências, análise e coletas de informações.

- c) Arbitramento e técnicas de estimativa.
- d) Aplicação de penalidades.
- e) Direito ao contraditório e a ampla defesa.
- f) Recursos/impugnações administrativas.
- g) Instâncias tributárias administrativas.

Parte 06 – IPTU

- a) Hipóteses de incidência do IPTU.
- b) Base de cálculo do IPTU (valor venal) por lei e/ou Decreto.
- c) Alíquotas e extrafiscalidades possíveis.
- d) Lançamento de ofício.
- e) Exploração rural e não incidência de IPTU.
- f) Lançamentos retroativos.
- g) IPTU progressivo.

Parte 07 – ITBI

- a) Hipóteses de incidência do ITBI.
- b) Momento da ocorrência do fato gerador e a realidade do bem.
- c) Base de cálculo do ITBI.
- d) Definição das alíquotas.
- e) Tipos de lançamento.
- f) Viabilidade e critérios de arbitramento do ITBI.
- g) Imunidade de ITBI na integralização de imóveis ao capital social.
- h) Imunidade de ITBI na fusão, cisão e incorporação de pessoas jurídicas.
- i) Imunidade de ITBI na extinção de pessoas jurídicas.
- j) Fiscalização das imunidades de ITBI.

Parte 08 – Taxas municipais

- a) Taxas sobre o poder de polícia.
- b) Taxas sobre serviços públicos.
- c) Definição dos valores.
- d) Tipos de lançamento.
- e) Distinção entre taxas e preços públicos (tarifas).
- f) Distinção entre taxas e alvarás (licenças).

- g) Taxa sobre a coleta e destinação de resíduos sólidos (lixo)
- h) Taxa anuais sobre posturas, zoneamento, meio ambiente e outras.
- i) Taxas sobre poder de polícia e inatividade das empresas.

Parte 9 – Contribuição de Melhoria

- a) Hipótese de incidência.
- b) Base de cálculo do tributo.
- c) Necessidade de lei específica.
- d) Fundamentos para o cálculo.
- e) Formas de lançamento.

Parte 10 – Contribuição para iluminação pública e monitoramento

- a) Hipótese de incidência.
- b) Definição dos valores.
- c) Destinação dos recursos.
- d) Gestão da arrecadação.
- e) Tipo de lançamento.
- f) Formas de fiscalização e lançamento retroativo.

Parte 11 – ISS

- a) Hipóteses de incidência e definição de serviço.
- b) Base de cálculo e limites de alíquotas.
- c) Local de recolhimento (Município competente).
- d) Tipo de lançamento.
- e) Inviabilidade da dedução de materiais da base de cálculo na construção civil.
- f) Lançamento estimado na construção civil.
- g) ISS fixo para profissionais e sociedades profissionais.
- h) Nota Fiscal de Serviço Eletrônica Padrão Nacional.
- i) Fiscalização e monitoramento.
- j) Arbitramento da base de cálculo.

Parte 12 – Simples Nacional

- a) Definição do Simples Nacional.
- b) Formas de recolhimento do ISS no Simples Nacional.

- c) Momento de opção e controle prévio do fisco.
- d) Utilização prática das ferramentas do Portal dos Entes Federados do Simples Nacional.
- e) Formas de fiscalização e controle dos optantes.
- f) Utilização do Domicílio Tributário Eletrônico do Simples Nacional.
- g) Lançamento pelo SEFISC e AINF do Simples Nacional.

Parte 13 – Apresentação da Reforma Tributária de Consumo (EC 132)

- a) Princípios norteadores da Reforma Tributária e seu impacto na economia;
- b) Tributos afetados, amplitude e conceitos gerais.
- c) Efeitos econômicos e na arrecadação dos municípios.
- d) Considerações gerais sobre a transição e implantação.
- e) Princípios da simplicidade, neutralidade e transparência.
- f) Unificação das prerrogativas da administração tributária.

Parte 14 – Extinção do ISS e alterações no Simples Nacional

- a) Passos para a extinção do ISS entre 2026 até 2032.
- b) Alterações no Simples Nacional em razão da Reforma Tributária.
- c) Integração cadastral entre os fiscos durante a transição.

Parte 15 – Entendimento geral do IBS, Fiscalização, Integração e Comitê Gestor:

- a) Fatos geradores, base de cálculo e alíquotas do IBS.
- b) Tributação no destino.
- c) Não cumulatividade e creditamento.
- d) Pagamento.
- e) Isenções, benefícios, regimes diferenciados e regimes específicos.
- f) Transição das regras.
- g) Estrutura e Funcionamento do Comitê Gestor do IBS.
- h) Processo administrativo tributário do IBS e da CBS.
- i) Dívida ativa do IBS.
- j) Responsabilidades pela execução fiscal.
- k) Penalidades e multas do IBS.

Parte 16 – Critérios de distribuição do IBS para os municípios

- a) Médias de arrecadação do ISS e da cota-parte do ICMS no retorno do IBS.

- b) Relevância da arrecadação do ISS em 2026 para a média.
- c) Controle e repasse pelo Comitê Gestor do IBS.

CARGA HORÁRIA

O curso será ministrado de forma híbrida, com a combinação entre aulas presenciais, aulas on-line ao vivo, aulas gravadas e suporte a dúvidas durante o curso através da IA da Contributo, com carga horária total de 100 (cem) horas, durante o período de 12 (doze) meses, com a seguinte distribuição de carga horária:

- Aula presencial inaugural do curso, com 16 horas-aula (dois dias), em que se apresentam conteúdo básico de todos os 16 tópicos do curso.
- Aula presencial na metade do curso, com 16 horas-aula (dois dias), em que se apresentam conteúdo básico de todos os 16 tópicos do curso.
- Aula presencial de encerramento do curso, com 16 horas-aula (dois dias), para revisão integral, com aprofundamento sobre as regras relativas as mudanças da Reforma Tributária.
- Aulas on-line ao vivo no total de 20 horas-aula, para repasse de conteúdo e retirada de dúvidas relacionadas os temas do treinamento.
- Videoaulas (vídeos gravados) no total de 38 horas-aula, com boa parte dos vídeos específicos para o Município, conforme o andamento do curso e tópicos específicos.
- Licença Completa da IA da Contributo disponível ao Município durante todo o curso, para assegurar o suporte e esclarecimento continuado, em que os participantes podem sanar dúvidas (Teste a ferramenta gratuitamente em **contributo.pro**).

CALENDÁRIO E FORMATO DE EXECUÇÃO

O calendário para execução do curso e distribuição da carga horária, segue o seguinte padrão:

| Mês | Atividade Presencial | Aulas on-line ao vivo | Videoaulas |
|---------------|---|------------------------------|----------------------------------|
| Mês 01 | Aula presencial de 16 horas (dois dias) | - | 07 horas de videoaulas liberadas |
| Mês 02 | | 02 horas de aula | 03 horas de videoaulas liberadas |
| Mês 03 | | 02 horas de aula | 03 horas de videoaulas liberadas |
| Mês 04 | | 02 horas de aula | 03 horas de videoaulas liberadas |
| Mês 05 | | 02 horas de aula | 03 horas de videoaulas liberadas |
| Mês 06 | Aula presencial de 16 horas (dois dias) | | |

| | | | |
|---------------|---|------------------|----------------------------------|
| Mês 07 | | 02 horas de aula | 03 horas de videoaulas liberadas |
| Mês 08 | | 02 horas de aula | 03 horas de videoaulas liberadas |
| Mês 09 | | 02 horas de aula | 03 horas de videoaulas liberadas |
| Mês 10 | | 02 horas de aula | 03 horas de videoaulas liberadas |
| Mês 11 | | 02 horas de aula | 03 horas de videoaulas liberadas |
| Mês 12 | Aula presencial de 16 horas (dois dias) | | |

MINISTRANTE

Adriano dos Santos. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Advogado; Especialista em Direito Tributário pela Escola Brasileira de Direito - EBRADI; Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC; Ex-Consultor Tributário da Federação Catarinense de Municípios - FECAM; Coordenador de Atividades da Contributo Estudos Tributários. Sobre a Reforma Tributária, o palestrante já ministrou 30 cursos, entre presenciais e on-line, com total de mais de 1.300 pessoas participantes de seus cursos. Publicou sobre a Reforma Tributária um livro ("IBS e CBS: Visão Geral e Fundamentos Iniciais") e vários artigos.

CERTIFICAÇÃO DO CURSO E NÚMERO DE PARTICIPANTES

O curso terá a emissão de certificado de conclusão, para todos que concluírem, no mínimo, 70% das atividades estabelecidas no treinamento. Por ser curso fechado, não há limites de participantes do Município, sendo recomendado, para fins de uma melhor didática, a participação máxima de trinta pessoas no total.

MATERIAL DO CURSO E EXTRAS

Será disponibilizado material digital sobre cada tema do treinamento, em formato PDF, PPTX, DOCX ou outro correlato. Além de outros textos, artigos ou informações complementares, que podem ser repassados aos participantes durante o período de treinamento.

O Município contratante do curso nesse formato, terá durante todo o período do treinamento direito a Licença Completa da Inteligência Artificial da Contributo, o que inclui para as empresas sediadas no Município a visualização do site contributo.info com informações de orientação fiscal.

COMO CONTRATAR



Curso ofertado exclusivamente pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, por meio de parceria com a Contributo. Entre em contato com a EGEM para contratar:

WhatsApp: (48) 99698-2319

E-mail: coordenacao@egem.org.br

Site: egem.org.br